



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL**

**Processo nº 11393/07**

**Parecer nº 0233/09 - CF**

**Assunto: Aposentadoria**

**EMENTA:**

**Aposentadoria por invalidez. Cálculo pela média aritmética (Lei 10.887/2004). Mudança de posicionamento do TCDF (processo nº 26930/2006 – Decisão 5859/08). Paridade e integralidade. Instrução sugere diligência. Entendimento divergente deste Ministério Público de Contas. Manutenção dos termos do parecer precedente.**

Discorrem os autos da aposentadoria por invalidez de Felipe Soares Maciel, no cargo de Agente de Polícia, 1ª Classe.

2. O Corpo Técnico, a par de registrar a necessidade de esclarecer se a paralisia incapacitante é também irreversível, destacou questão relativa às concessões por invalidez após a Emenda 41/03:

6. A matéria foi pacificada naqueles autos, tendo o Tribunal, por meio da Decisão nº 5.859/08, estabelecido o seguinte:

*O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto da Relatora, decidiu que: (...) 3 - QUANTO ÀS REGRAS APLICÁVEIS PARA O ESTABELECIMENTO DE VALORES DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA RELATIVAMENTE A SERVIDORES QUE INGRESSARAM NO SERVIÇO PÚBLICO ATÉ A DATA DA PUBLICAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/2003 (31.12.2003) E QUE VIEREM A SE APOSENTAR EM DECORRÊNCIA DE INVALIDEZ: a) os proventos de aposentadoria de servidor que tenha ingressado*